

Empresário acredita em

A economia brasileira encontra-se em fase de recuperação, sensível em todos os setores, "de alto a baixo", especialmente no de bens duráveis, e esse panorama define e sintetiza o que deveria ser a alternativa de curto prazo para o País: evitar que a economia venha a se solidarizar com os países industrializados no atual quadro de recessão, já que dispõe de recursos suficientes para evitar essa solução.

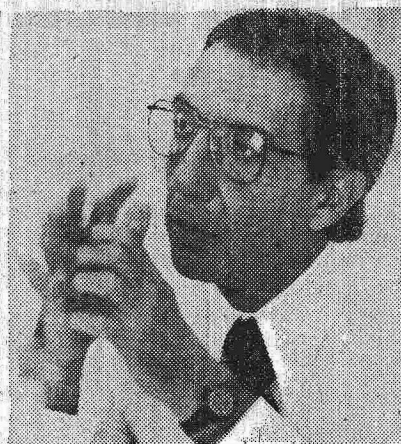
Esta é a recomendação básica do diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, para quem o governo não pode tomar medidas senão a partir da exata avaliação dos seus efeitos na atividade econômica, principalmente em vista do insucesso relativo das exportações. "O governo não pode se apavorar" com o comportamento das vendas externas "e adotar medidas de contenção generalizada. Ele tem de controlar as importações de forma seletiva", observa.

O País não poderia conviver com uma nova recessão interna, afirma Diniz, e qualquer tentativa de recuperar terreno na balança comercial deve ser feita pelo lado das importações. "Fazer uma recessão interna porque (o governo) se apavorou com a perspectiva adversa da balança comercial é uma solução simplista que em hipótese alguma interessa ao País."

Um programa

A partir de uma análise geral da economia mundial, em recessão e sem perspectiva de retomada do crescimento, Diniz situa os dois grandes problemas brasileiros no desequilíbrio das contas externas e no desproporcional déficit do setor público, sugerindo medidas de duas ordens: de curto prazo, destinadas a "superar o período de ajuste do sistema econômico às novas condições ditadas pela conjuntura internacional com o mínimo de custos sociais possíveis"; e de médio prazo, com o objetivo de permitir que o País "continue avançando na sua meta de superar o atual estágio de desenvolvimento, caminhando para níveis cada vez mais elevados de desenvolvimento econômico e social".

"Não à recessão" resume, para Di-



Diniz: "não se apavorar"

niz, a alternativa de curto prazo, que deve abranger sete grandes linhas:

- manutenção de taxas de crescimento do produto de 5 a 7% ao ano, em média, de forma a evitar demasiada ociosidade do equipamento de capital e da mão-de-obra, procurando incrementar os níveis de atividade setorialmente localizados, mediante programas específicos de política monetária e fiscal;

- do lado da balança comercial, prosseguimento dos programas de estímulo às exportações, de forma a continuar viabilizando superávits comerciais, mesmo com pequeno crescimento das importações, as quais deveriam ser alvo de maior ação administrativa exercida em conjunto pelo governo e iniciativa privada, no sentido de torná-las ainda mais seletivas, de forma a não comprometer os objetivos de crescimento;

- continuidade do programa energético;

- estabelecimento de políticas de financiamento e tratamento fiscal específico para setores estimulados (construção civil, produção de bens de consumo básico, alimentação e transportes) que pressionem pouco as importações;

- promoção de medidas que tenham por objetivo a redução das taxas de juros, sem prejuízo da continuidade da captação de recursos externos. Entre essas medidas está a vinculação dos

empréstimos internos aos externos e consequente retirada do limite de expansão do sistema financeiro;

- estímulo à continuidade de investimentos necessários ao desenvolvimento do País;

- orientação no sentido de diminuir o excessivo peso do Estado empresário na economia, estimulando a iniciativa privada à continuidade de investimentos.

Caminho necessário

Abílio Diniz coloca a elaboração de um orçamento consolidado da União (reunindo os orçamentos fiscal, monetário, das estatais e da dívida pública) e a promoção de uma reforma tributária na categoria das medidas imprescindíveis a serem tomadas a médio e longo prazos, dentro do objetivo de promover o ajuste da economia às novas condições internacionais e sustentar o crescimento interno.

A unificação orçamentária, segundo Diniz, permitirá que se conheça a magnitude do déficit público e se imponha um verdadeiro controle dos gastos das empresas estatais, que sempre superam as previsões. "O controle físico foi bem feito, o problema agora é controlar os gastos", afirma.

O caminho para se obter o controle das estatais "será sempre político. Não se pode deixar o controle só por parte do governo. As estatais deveriam ter, em seus quadros administrativos, um número grande de representantes da sociedade civil: empresários, técnicos de setores não ligados diretamente às empresas, professores universitários. Não sei se seria a solução, mas acho que deveria ser feito".

A reforma tributária, de outro lado, é uma exigência do próprio momento econômico e deveria contemplar dois objetivos fundamentais: o de promover uma melhor distribuição da renda e o de estimular a produção e o desenvolvimento. Sem considerar o fato de que uma reforma que resultasse no fortalecimento financeiro dos Estados não só seria fator de desenvolvimento econômico como representaria elemento de consolidação da própria Federação como tal.

recuperação